

Análise de Conjuntura - fevereiro 2005

- Apresentada ao Conselho Permanente em 22 de fevereiro de 2005 -

- Não é documento oficial da CNBB -

Apresentação

A equipe decidiu tomar como eixo estruturante desta *Análise* o 5º Fórum Social Mundial, deixando para a Assembléia Geral, em abril, uma análise mais abrangente da atual conjuntura brasileira. No entanto, a difícil relação entre o governo Lula e suas bases sociais, bem como os novos casos de violência no Pará e Goiânia, não poderiam ser deixados de lado. Devido às férias parlamentares, não fazemos o apanhado dos projetos em tramitação no Congresso.

O 5º Fórum Social Mundial

Realizado em Porto Alegre, de 26 a 31 de janeiro, o FSM se tornou, mais uma vez, o ponto de convergência da cidadania planetária, acolhendo 155 mil pessoas de 135 países. A confluência dos mais diversos atores sociais, com a pluralidade de suas visões e opções, dá ao Fórum Social Mundial grande vitalidade e cria a base para uma nova cultura política. Ele tornou-se o maior instrumento para a sociedade civil expressar suas inquietações com relação ao mundo atual, procurar caminhos alternativos e alimentar a utopia de um mundo justo e solidário.

Em busca de uma nova cultura política

Situado no tempo e no espaço, o FSM alimenta uma nova cidadania, capaz de forjar outros mundos possíveis, mas não deixa de apresentar contradições e desafios. Seus participantes são cidadãos e cidadãs do mundo, mas têm endereço definido, pertencem a um país, a uma cultura própria. São universais, mas guardam sua especificidade e sua identificação cultural e política. Por isso, o FSM é um desafio e um radical convite para universalizarmos nossa consciência e visão, sem perdermos nossas referências.

Uma tarefa central é a tradução ou seja o entendimento entre culturas e identidades nos modos de ver e viver, alimentando o universal no diverso. Neste sentido, o FSM é um embrião de uma pedagogia cidadã de novo tipo, da tradução sociocultural e política, forjadora de uma cidadania planetária. Esta é uma enorme tarefa para o enfrentamento do mundo homogeneizador da globalização.

Outra tarefa para a emergente cidadania é inventar novas formas de práticas políticas que valorizem a horizontalidade da participação, mas que se canalizem para a perspectiva de uma nova sociedade. O que move o Fórum é uma fé antropológica na capacidade do ser humano de organizar uma sociedade mundial baseada na igualdade, na liberdade e na fraternidade. Mas é evidente que, mais dia menos dia, essa fé precisará materializar-se em propostas e medidas que tragam a utopia para a realidade vivida.

A caminhada do FSM contra a globalização neoliberal inspira-se numa utopia crítica, bem diversa da utopia conservadora onde o paradigma do mercado passa por cima de todos os valores humanos.

Embora Davos tenha incorporado temas em debate no FSM (o que confirma a dimensão mundial dos temas tratados em Porto Alegre), a “elite” reunida na Suíça só vê na realidade mundial o que ela pensa poder resolver pela globalização do mercado. Aí se percebe, com clareza, o contraste entre o Fórum Econômico de Davos e o Fórum Social Mundial.

Fóruns regionais e temáticos

O 5º Fórum foi precedido de vários Fóruns temáticos, durante o mês de janeiro/05, quase todos em Porto Alegre. Eles contaram com representações de vários continentes, buscando contribuições específicas para aplicá-las em suas respectivas organizações. Apontamos aqui os mais importantes fóruns temáticos:

- Migrações,
- Saúde,
- Juizes,
- Autoridades Locais pela Inclusão Social,
- Informação e Comunicação,
- Parlamentar,
- Teologia para um outro mundo possível e
- Fórum Social Pan-Amazônico, realizado em Manaus.

Nova metodologia

A decisão para uma nova feição metodológica do Fórum, tomada pelo Comitê de organização, se baseou numa consulta realizada junto a 1.860 entidades. A novidade: todos os eventos se realizaram em 11 espaços temáticos junto à orla do Rio Guaíba, área denominada *Território Social Mundial*. A ele incorporaram-se o acampamento dos 35.000 jovens (com programações próprias) e o *Puxirum*, onde os povos indígenas expressam sua arte, seus problemas e espiritualidade. A nova metodologia aglutinava nos 11 espaços as 2.500 proposições das 6.588 entidades presentes, integrando as propostas vindas das bases e por elas assumidas em sua organicidade e realização.

Os temas aglutinadores foram assim distribuídos pelos respectivos espaços:

- Pensamento autônomo, reapropriação e socialização dos saberes e das tecnologias;
- Defendendo as diversidades, pluralidade e identidades;
- Arte e criação: construindo as culturas de resistência dos povos;
- Comunicação: práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas;
- Afirmado e defendendo os bens comuns da Terra e dos povos;
- Lutas sociais e alternativas democráticas - contra a dominação neoliberal;
- Paz e desmilitarização - luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida;
- Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e integração dos povos;
- Economias soberanas pelos e para os povos - contra o capitalismo neoliberal;
- Direitos Humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário;
- Ética, cosmovisões e espiritualidade - resistências e desafios para um novo mundo.

Temas fortes

Os temas que receberam maior número de propostas para oficinas foram a construção da paz e os direitos humanos, tendo por isso recebido na programação eventos de maior alcance: os seminários sobre a *Mística da Paz* e sobre *Quixote hoje: Utopia e Política*. Outros temas com grande número de iniciativas foram: desafios da globalização, água, reforma agrária, meios de comunicação social, missão das religiões, *economia solidária*, migrações, e movimentos sociais. Saltava aos olhos a preocupação maior com três desafios que integram as prioridades da ONU para as metas do Milênio: “erradicar a extrema pobreza; promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; garantir a sustentabilidade ambiental”. É cada vez mais claro que tais desafios (e muitos outros) não podem mais ser tratados apenas em âmbito nacional.

Os megaeventos no ginásio “Gigantinho” foram os pronunciamentos dos presidentes do Brasil e da Venezuela, com grande repercussão por seus aplausos ou vaias. O presidente Lula participou de um painel “Chamada Global para a ação contra a Pobreza”, prometendo levar a questão da pobreza ao Fórum Econômico de Davos. Embora muito aplaudido, foi também vaiado dentro e fora do ginásio. Já o presidente Chaves roubou a cena ao entrar em sintonia com o público para falar de problemas, soluções e desafios que hoje se apresentam a todos os nossos países.

Fórum não produz documento final, mas um grupo de intelectuais lançou o Manifesto de Porto Alegre, tendo como plataforma “*Outro mundo possível*”. Propõe 12 regras econômicas para assegurar o direito à vida de todos os seres humanos e explicitam a necessidade de “reformular e democratizar em profundidade as organizações internacionais, entre elas a ONU, fazendo prevalecer nelas os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais... Caso persistam as violações do direito internacional por parte dos Estados Unidos, transferir a sede da ONU de Nova Iorque para outro país (preferencialmente do Sul)”.

Ética, cosmovisões e Espiritualidade na programação oficial

O Comitê Organizativo criou o espaço *Ética, cosmovisões e espiritualidade - resistências e desafios para um novo mundo* tendo em conta o papel das grandes religiões nas guerras atuais (os fundamentalismos ganharam terreno mas seus propósitos de paz gozam de grande crédito), o aumento do número de oficinas propostas por grupos religiosos, e o resultado de uma pesquisa realizada em 2003, segundo a qual 66% dos delegados e delegadas declararam professar alguma crença religiosa.

A “*Coalizão inter-religiosa - as religiões em diálogo para um mundo de paz*” articulou as atividades específicas, inclusive uma celebração inter-religiosa no domingo de manhã, quando 16 tradições religiosas se fizeram presentes, num clima de oração e compromisso. As oficinas deste campo eram fruto desta articulação: ética internacional; conflitos religiosos e paz; teologias libertadoras e movimentos sociais; diálogo inter-religioso e democracia; estratégias cristãs contra a ALCA - alianças de vida e de morte no continente.

A Igreja Católica, como instituição, ficou mais reservada neste campo estritamente religioso. No entanto, muitos eventos da área social originaram-se dos quadros eclesiais como a Pastoral Social (com uma tenda apresentando seus trabalhos e publicações e um seminário sobre a *4ª Semana Social*), a Caritas Internacional e Nacional, a Comissão Brasileira de Justiça de Paz, a Pastoral de Juventude, a Associação Nacional de Presbíteros, a Conferência dos Religiosos, as Comunidades Eclesiais de Base, o Mutirão de Superação da Miséria e da Fome, a Pastoral Afro-brasileira e a Pastoral Familiar. Era enorme o número de cristãos: leigos e leigas, padres, religiosos e religiosas, poucos bispos do Brasil, um arcebispo da França e um bispo do Uruguai.

Próximos passos

A grande mídia do Brasil não se empenhou em fazer chegar à população toda a riqueza vivida nestes dias em Porto Alegre. No entanto, os mais de 6 mil comunicadores presentes e os próprios delegados ao Fórum irradiarão a mensagem de um outro mundo possível. Na caminhada de encerramento, um jovem coreano resumiu muito bem seu sentimento que, seguramente é, também, de todos nós: “o Fórum é uma esperança”.

No *território social mundial* as aldeias formadas pelas tendas brancas vibravam duma vitalidade e energia mundiais. Essa dimensão inscrita no projeto mesmo do Fórum é um objetivo que fica como desafio permanente e como realidade bem concreta. Sua força e beleza estão em ser um encontro plural, respeitoso das diferenças de todos os continentes. O objetivo mesmo do FSM é de ser mundial, meta que não se alcança facilmente. Em Porto Alegre os participantes do Brasil e de outros países sul-americanos predominam. A participação da Europa é significativa, mas ainda é bem pouca a representação dos EUA, da África e da Ásia. A realização do Fórum em Mumbai (Índia) em 2004 foi um grande passo na abertura mundial. A programação descentralizada do Fórum em 3 ou 4 continentes em 2006, e num país da África em 2007, traduz a vontade do Comitê Internacional de reforçar sua dimensão mundial. Ter a coragem de trocar a admirável organização de Porto Alegre por espaços ainda pouco conhecidos, é uma exigência que alargará seu horizonte.

Este Fórum se propunha ser mais propositivo. Chegaram, até agora, 352 propostas de diferentes teores. Este material, tornado público pela página do FSM na internet, deve animar as articulações dele derivadas.

Globalização da Luta, globalização da Esperança

Os movimentos sociais, reunidos no V Fórum Social Mundial, conclamaram para a mobilização contra a guerra, o neoliberalismo, a exploração e exclusão para um novo mundo diferente, possível e necessário.

A possibilidade de transformar o mundo atual rompe com a afirmação mentirosa que a dominação neoliberal é inevitável, a guerra é normal, a desigualdade social é natural e assim o racismo, a separação em castas, o patriarcado, o imperialismo e o uso selvagem dos recursos da natureza.

A apropriação desta verdade mobiliza os movimentos sociais para ações de resistência, reivindicação e propostas.

A consciência de que é preciso afinar a sintonia, fez a semana do dia 26 a 30 de janeiro, um grande momento de articulação entre entidades, redes, associações, ONGs, religiões e agremiações políticas de todo o mundo. A declaração de José Saramago de que o FSM não é utópico, mas quer mudar o mundo já, pautou as diferentes articulações e pautas dos movimentos sociais e conclamou para ações concretas. O V FSM não foi apenas um encontro de entidades com suas inúmeras e variadas utopias. Foi o encontro onde se buscaram agendas comuns para curto e médio prazo. O objetivo é levar esta agenda para as ruas, com grandes manifestações nacionais e planetárias. Na assembléia geral dos movimentos sociais, dia 31, reafirmou-se a globalização da luta e a globalização da esperança.

Conscientes de que há longo caminho a ser percorrido, todos os movimentos foram conclamados para assumirem uma AGENDA comum em favor de uma cultura de paz, dos direitos humanos, sociais, culturais e democráticos, do direito dos povos de decidir seu destino, cancelamento da dívida externa dos países do Sul. Isso implica também a luta contra a militarização, a repressão, a criminalização das lutas sociais, o autoritarismo político e a reação ideológica. Pontos a destacar foram:

- cancelamento da Dívida externa e ilegítima dos países pobres, a partir dos países vítimas do Tsunami

- apoio aos Movimentos Sociais do Sul que lutam contra os acordos de integração que facilitam o saque dos seus recursos naturais, se declaram credores da dívida e pedem seu ressarcimento
- apoio ao movimento contra a guerra e a ocupação do Iraque, as multinacionais nela envolvidas e apoio às campanhas pelo desarmamento e a desmilitarização
- luta contra o livre comércio
- apoio à Marcha Mundial das Mulheres contra o neoliberalismo, o patriarcado, a exclusão e a dominação
- apoio aos Movimentos Sociais pelos direitos humanos, dignidade, justiça, igualdade, especialmente dos Dalits, Povos Indígenas, Afro-descendentes e os mais oprimidos
- luta pelo direito universal a uma alimentação sadia e suficiente e contra os alimentos transgênicos
- exigência da Reforma Agrária como estratégia que garanta o acesso dos camponeses à terra, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável
- apoio aos Movimentos Sociais dos camponeses e pescadores vítimas do Tsunami, e dos presos políticos
- apoio à defesa da água como bem comum público e ao Contrato mundial pelo clima
- apoio ao processo de construção de uma rede global de movimentos sociais comprometidos com a defesa dos migrantes e refugiados
- apoio às Campanha pelos direitos das crianças, contra a exploração sexual e do trabalho infantil, tráfico de crianças e turismo sexual
- apoio às lutas por uma economia social como expressão concreta de uma alternativa de desenvolvimento justo, solidário, democrático e equitativo.

O Governo Lula e as “esquerdas”

A imprensa deu destaque às vaias a Lula em Porto Alegre embora elas fossem um fato menor e pontual. A novidade a ser destacada é o desencanto de setores cada vez maiores dos Movimentos sociais e da intelectualidade de esquerda com os rumos do governo Lula. As críticas podiam ser ouvidas em qualquer oficina ou debate referente às questões políticas e econômicas. Embora sempre houvesse quem tomasse a palavra para defender o governo, os oradores contrários predominaram largamente no número de falas. A que se deve esse desencanto e esse distanciamento entre as bases populares e o governo por elas eleito?

Pode-se dizer que Lula não enganou seus eleitores. Os eleitores é que se enganaram, não acreditando na sua “Carta ao Povo Brasileiro” de junho de 2002, quando ele afirmou que iria honrar os contratos com os credores, cumprir o acordo com o FMI e manter o rumo da política econômica regulada pelo mercado. Pensaram que era apenas umas das habituais promessas de campanha, feitas para tranquilizar o capital financeiro... Mas, para assegurar a governabilidade, ele optou por não introduzir mudanças na política econômica e não interferir no funcionamento do mercado exceto para manter o controle da inflação.

É preciso lembrar que estabilidade da moeda durante o Plano Real de FHC teve um alto preço. Para prepará-lo, a dívida externa foi renegociada (com grande êxito) em troca da abertura da economia brasileira (conforme os preceitos neoliberais). Mas a manutenção da moeda brasileira num preço equivalente ao dólar, sem inflação, resultou num novo endividamento que em 2002 deixou o Brasil praticamente insolvente: sem a ajuda do FMI, entraria em moratória, com risco de alta inflação em 2003. Mas o FMI condicionou o socorro ao compromisso de Lula em cumprir o acordo. Foi o que aconteceu. A “Carta ao Povo Brasileiro” sela esse compromisso.

Com uma dívida impagável, cujos juros a fazem crescer sem parar, a solução encontrada pela equipe econômica de Lula foi reduzir a relação dívida/PIB. Ou seja, se a dívida não cresce, mas o PIB

(somatório do valor de todos os bens e serviços produzidos pelo País no ano) crescer, a dívida fica relativamente menor. Daí que a política de Lula foi incentivar o crescimento econômico a qualquer preço. A economia brasileira saiu da crise em 2003 e assegurou seu crescimento em 2004. A dívida pública, que já superou 60% do PIB, foi contida em janeiro de 2004 em 58,5% e está hoje em 51,8% do PIB. A equipe econômica acredita que esta tendência está consolidada e que a credibilidade do governo brasileiro só poderá aumentar. Foi certamente um grande êxito, que o governo comemora com toda razão.

Mas este feito fiscal teve e tem um altíssimo custo social e político. O agronegócio é privilegiado, fechando-se os olhos para o desmatamento da Amazônia e do cerrado, (um território de Alagoas por ano), postergando-se a Reforma Agrária, penalizando o trabalho com o desemprego, o subemprego e a flexibilização (terceirização, precarização, informalidade, baixos salários) e aumentando-se os impostos que beneficiam a União além do que já havia feito FHC. Enfim, o governo joga toda sua força no crescimento do PIB e no controle da inflação, postergando a atenção para a “dívida social”.

O tripé dessa política macroeconômica foi estabelecido por FHC e Lula só fez reforça-lo. Ele se baseia no alto superávit primário destinado ao serviço da dívida, altas taxa de juros (para conter inflação, atrair divisas e manter a demanda por títulos públicos) e o sistema de câmbio flutuante, determinado pelo mercado (trazendo especuladores em busca dos juros mais generosos do mundo). Em resumo: o governo cobra o mais que pode de impostos e gasta o mínimo possível, exceto no pagamento dos juros. Com isso, ele ganha a credibilidade dos credores, alcança o equilíbrio financeiro e controla a inflação, mas fica sem recursos para agir nas áreas sociais que levam ao bem-estar da população.

O presidente Lula dá mostras de estar convencido de que este é o caminho mais acertado, apesar dos inegáveis custos sociais. O problema, é que não consegue convencer as bases populares desse acerto. Muitos ainda confiam nele, mesmo porque não encontrariam outro nome melhor no momento. Mas só os setores neoliberais estão convencidos do acerto dessa política - pois é a política que eles mesmos propõem. Aqui o atual impasse de Lula, cada vez mais distante das bases populares que o elegeram.

É neste quadro de desgaste do governo junto aos setores de “esquerda”, que se inscreve a surpreendente eleição do Deputado Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara Federal. Aproveitando erros estratégicos do PT, a oposição infligiu uma dura derrota ao governo, colocando-o diante de uma Mesa Diretora sobre a qual não tem influência política. Só poderá contar com sua boa-vontade no encaminhamento de projetos e aprovação de MPs, em troca de favores. Se não quiser curvar-se à lei do antigo *centrão* “é dando que se recebe”, só restará ao governo recorrer à pressão da sociedade civil. Seria possível, então, reproduzir-se o que foi feito durante a Constituinte, quando os partidos do *quadro democrático*, embora largamente minoritários, lograram inscrever direitos sociais da Constituição pelo efetivo apoio das forças organizadas da sociedade civil. O problema está em que, devido sua à política econômica neoliberal, nem Lula nem o PT têm hoje condições políticas para convocar uma mobilização social semelhante àquela. Enfim, fica a dolorosa pergunta: será que o governo Lula e o PT ainda conseguirão se reconciliar com as suas bases de origem?

No horizonte atual, tal reconciliação requer uma verdadeira mudança na política econômica: uma política mais voltada para o social do que para a estabilidade monetária e o equilíbrio fiscal. Já há propostas neste sentido, propostas que poderiam vir a pavimentar o caminho de um possível reencontro entre Lula e suas bases de origem. Duas delas podem ilustrar essa movimentação intelectual e política no seio da sociedade brasileira.

A primeira, é o Projeto de Lei que regulamenta o art. 14 da Constituição Federal, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular. Sob a iniciativa do eminente jurista Fábio K. Comparato, com o apoio da OAB e da CNBB, ele visa dar efetivo poder ao povo para: obrigar o respeito aos direitos sociais, impedir a venda do patrimônio nacional, rejeitar emendas constitucionais, leis ou tratados internacionais, e não permitir a revogação de leis de iniciativa popular sem seu consentimento.

O segundo exemplo, na área econômica, vem da Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego. Trata-se de um projeto de Lei complementar regulamentando o Art. 192 da Constituição Federal, dispondo sobre a composição e as atribuições do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, de modo a priorizar, na ordem econômica, o trabalho humano, e, por conseguinte visar o pleno emprego e garantir a todos os brasileiros e brasileiras uma existência digna.

De Canudos a Anapu, Parauapebas, Goiânia

“Criança, não verás país como este”... É singular nosso atrelamento contraditório e tenso do que há de mais arcaico ao (tecnicamente) mais moderno. Entre os traços mais modernos do Brasil atual, está o agronegócio: tratores sofisticados, com sensores para a acidez ou alcalinidade do solo, que informam à máquina como corrigir ou equilibrar esta química. Mas à modernidade em lidar com as coisas, correspondem traços arcaicos na relação com as pessoas e na organização política.

O Brasil colonial se caracterizava amplamente pela ausência do Estado organizado e pelo exercício das funções estatais por parte dos grandes proprietários, de forma patrimonialista, segundo um conceito de “ordem” que justificava o uso da violência física contra quem se rebela (ou do “agitador” que se põe do seu lado).

Estes liames culturais criam então a continuidade entre a violência física pela qual se eliminam líderes sindicais rurais e seus apoiadores, religiosos ou leigos e a absoluta prioridade do crescimento (hoje apoiado no agronegócio). Além do açúcar, do café, da borracha e do cacau, reina agora a soja.

A “ordem” usa a violência para impedir que a “baderna” tome vulto. Por isto, em momentos de crise da “ordem” no campo não é de surpreender que violência semelhante se aplique na periferia urbana. Assistimos isso em Anapu, Parauapebas e Goiânia, mas também em Unai e Felizburgo, para citarmos apenas os fatos mais recentes. A violência “arcaica” continua sendo funcional para a “ordem” e para o sucesso da política exportadora.

Assiste-se, então o recrudescimento da “pistolagem” não mais como ato de matadores do sertão, destes que “desde criança gostava de ver gente botar sangue” mas como parte do “crime organizado” (a CPI da pistolagem associou-a ao roubo de cargas) e à chamada “segurança privada”, onde para cada empresa legalizada há outras 3 clandestinas.

Agora que a Polícia Federal vem reconquistando a credibilidade junto à sociedade, por seu combate aos crimes de “colarinho branco” e pela firmeza do Ministro da Justiça, é hora de pedir que ela enfrente com coragem a “moderna” pistolagem, desmantelando-a com a ajuda do Poder Judiciário, do Ministério Público e, principalmente, o apoio da sociedade.

Contribuíram para esta *Análise* Antonio Abreu SJ, Bernard Lestienne SJ,
Daniel Seidel, Ir. Delci Franzen, e Pe. José Ernanne Pinheiro

Pedro A. Ribeiro de Oliveira
Professor na Universidade Católica de Brasília,
Assessor da Comissão Episcopal para o Laicato